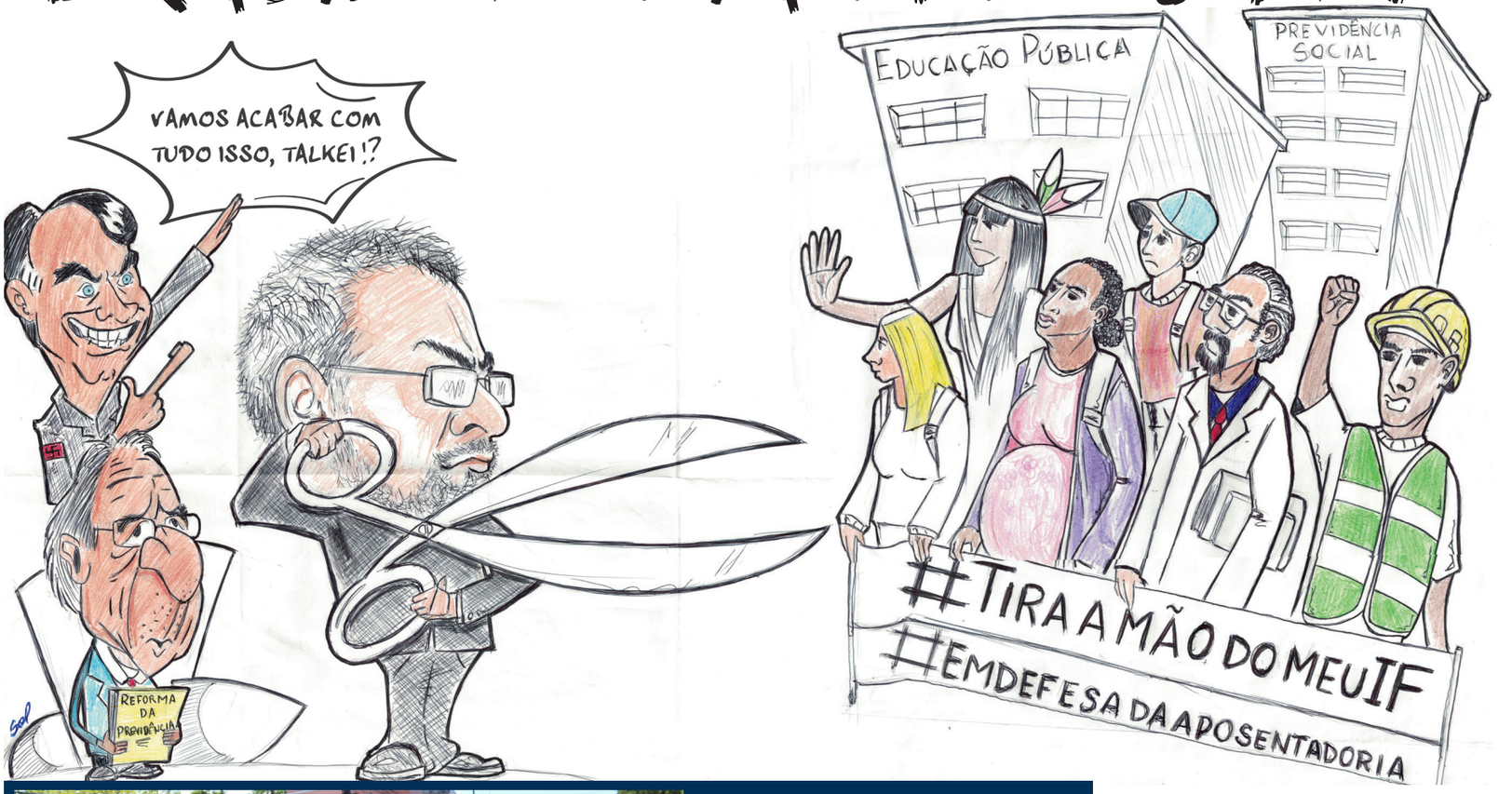
Sintietfal
Gestão 2019/2022
Avançar nas Conquistas e na Construção Sindical

Informativo
SINTIETFAL
www.sintietfal.org.br

Nº 11 | Mai/Jun 2019

Filiado ao SINASEFE

GREVE GERAL VAI PARAR O BRASIL NO DIA 14 DE JUNHO



PROTESTOS

Tsunami em defesa da educação volta às ruas no 30 de maio

Pág 3

OS IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Pág 4 e 5

CORTES NO ORÇAMENTO DO IFAL

Pág 7

Novo Governo

Servidores do IFAL resistem e lutam!

Primeiros 120 dias de governo foi marcado por mobilizações em defesa da aposentadoria, da educação e de direitos

Se por um lado Bolsonaro corta recursos da educação, privatiza serviços públicos, ataca a liberdade sindical, libera agrotóxicos, incentiva a violência e tenta aprovar a Reforma da Previdência, por outro, a classe trabalhadora se organiza e vê na luta a única possibilidade de garantir seus direitos e até a sua própria existência.

Os primeiros 120 dias de Governo Bolsonaro foram assim: muito ataque, mas, ao mesmo tempo, muita resistência. Em todo o Brasil, o povo tomou as ruas, teve acampamento em Brasília em defesa dos direitos dos povos indígenas e por demarcação de suas terras; revolta contra o fuzilamento do músico no Rio de Janeiro com 257 tiros do Exército; manifestações do 8 de março em reação ao aumento do feminicídio e em defesa dos direitos das mulheres; o inédito 1º de maio unificado de todas as Centrais Sindicais; e gigantes protestos contra os cortes na educação.

Em todos esses momentos, os/as servidores/as do Ifal não fugiram à luta. Participaram das manifestações realizadas em Alagoas e protagonizaram ações importantes.

No Carnaval, de forma unitária, o Sintietfal, o Sintufal e a Adufal levaram a bandeira da defesa da educação e da aposentadoria para as ruas do Jaraguá Folia. Este ano, o bloco "Educação no Ritmo da Luta" teve como tema "Se liga capetão, na minha aposentadoria você não mexe não!".

Em março, os/as servidores/as do IFAL participaram da manifestação do Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, com uma grande caminhada do Centro de Maceió até a Lagoa Mundaú, no Vergel, para combater a violência contra a mulher e a misógina Reforma da Previdência do governo Bolsonaro.

No dia 22 do mesmo mês, a base do Sintietfal compareceu em peso à passeata com mais de 5 mil pessoas referente ao primeiro Dia Nacional de Lutas em defesa da Aposentadoria de 2019.

Já no dia 1º de abril, em contraponto ao golpe militar de 64 e a ordem de Bolsonaro para os quartéis comemorarem o regime que assassinou e torturou milhares de brasileiros, o Sintietfal também se fez presente no calçadão do comércio no ato Ditadura Nunca mais.

Para fortalecer a luta em defesa da aposentadoria, o sindicato iniciou um ciclo de debates no Ifal sobre a Reforma da Previdência e seus impactos para os serviços públicos. Já foram realizados seminários e palestras em Maceió, Satuba, Maragogi e Marechal Deodoro, além do diálogo com os/as terceirizados/as no evento "Operário em Construção", no dia 2 de maio.

Nesse período, merece destaque a grande aula pública realizada pelos professores de filosofia do câmpus Maceió com o tema "Razão contra a ignorância". O evento defendeu a importância das ciências humanas na formação dos estudantes, em oposição às declarações do governo em querer denegrir as disciplinas de filosofia e sociologia.

A categoria também esteve mobilizada no 1º de maio, Dia Internacional dos/as Trabalhadores/as, que levou quase 7 mil manifestantes à praia da Pajuçara em Maceió, e deu a largada para a construção da Greve Geral no dia 14 de junho.

Um dia histórico foi o 15 de maio, a Greve Nacional da Educação. No Ifal, todos os câmpus pararam. Além disso, os/as servidores/as e estudantes do Instituto foram destaques e/ou tiveram à frente das manifestações em Maceió, Santana do Ipanema, Penedo, Palmeira dos Índios, Piranhas e Maragogi.

Nesse sentido, já está claro que Bolsonaro não terá um minuto de sossego enquanto tentar atacar direitos e destruir os serviços públicos. Pelo contrário, a luta dos/as trabalhadores/a s e da juventude está desmascarando esse governo comprometido com os ricos, corruptos e banqueiros e demonstrando que só a classe trabalhadora é capaz de construir uma história diferente para o país.

Categoria mobilizada no 1 de maio em Maceió

Ato "Ditadura Nunca Mais" no Centro de Maceió

22 de abril - mobilização contra o fim da aposentadoria

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL

CNPJ 35.745.645/0001-38

Rua França Morel, 136 - Centro. Maceió/AL

3223.6265 SINTIETFAL.ORG.BR

@SINTIETFAL SINTIETFAL@SINTIETFAL.ORG.BR

Jornalista Responsável: Ésio Melo - MTE/AL 1509

Estagiária: Thainá Martiliano

Tiragem: 1000 exemplares

Resumo Financeiro

- Dez / Fev -

1. Entrada ..... +R$ 589.267,82

2. Saída ..... -R$ 228.171,84
2.1 Folha (pessoal) ..... - R$ 82.513,29
2.2 Gerais ..... - R$ 123.667,05
2.3 Administrativas ..... - R$ 16.222,09
2.4 Manutenção/serviços- R$ 5.769,41

3. Saldo ..... +R$ 361.095,98

Balancete completo disponível em nosso site

Todos às ruas!

É Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência e os cortes na educação

Após o sucesso da Greve Nacional da Educação, classe trabalhadora e juventude voltam às ruas no dia 30 de maio rumo à Greve Geral

Em defesa da aposentadoria e da educação, a classe trabalhadora e a juventude criaram um verdadeiro tsunami que tomou as ruas de todo o país no dia 15 de maio. Houve manifestações em mais de 200 cidades, com mais de 1,5 milhão de pessoas. Essa foi a resposta da população à retirada de mais de 30% do orçamento da educação e à proposta de Reforma da Previdência.

O sucesso da Greve Nacional da Educação contra os cortes e em defesa dos Institutos e Universidades Federais acendeu o pavio da luta popular, incendiando o país rumo à Greve Geral em defesa da aposentadoria, marcada para o dia 14 de junho.

15 mil manifestantes ocuparam as ruas de Maceió em defesa da educação

Até lá, as entidades estudantis (UNE, ANPG e UBES) convocaram um Dia Nacional de Luta em defesa da educação pública. O 30 de maio teve logo a adesão do Sinasefe, Andes-SN, CNTE, Fasubra, Contee e Fenet. As centrais sindicais também reforçaram o chamado como mais uma forma de demonstrar a Bolsonaro e seu Ministro da Educação, Abraham Weintraub, a força da classe trabalhadora e esquentar a preparação para a Greve Geral.

"Precisamos dialogar com estudantes, pais e mães de alunos/as, terceirizados/as e toda a sociedade sobre o perigo que é acabar com a educação pública e a reflexão no país e, ao mesmo tempo, deixar que esse governo entregue o nosso direito à aposentadoria para os bancos e fundos de pensão lucrarem. Precisamos parar o país para defender nosso futuro. Por isso, é preciso garantir força total na construção do dia 14 de junho", convocou Brandão.

A Greve Geral é uma construção unitária de todas as centrais sindicais para derrotar a proposta nefasta e desumana que é a Reforma da Previdência (PEC 06/2019) do Governo Bolsonaro e repetir o sucesso da greve de 2017, que envolveu mais de 40 milhões de trabalhadores/as, parou o país e impediu Temer de acabar com o direito à aposentadoria.

Primeiro recuo

Após a primeira onda de manifestações, o Ministério da Economia informou um desbloqueio de R$ 1,587 bilhão do total de R$ 7 bi cortados do Ministério da Educação. Isso fez com que o contingenciamento voltasse para o primeiro valor anunciado, de R$ 5,8 bilhões.

O MEC, por sua vez, informou que não haverá mudanças nos atuais cortes, vai apenas cancelar uma segunda ordem emitida na portaria de 2 de maio, que ainda não tinha sido implementada.

Apesar de não alterar o quadro dos IFs e das UFs, a não ampliação do contingenciamento representa uma mudança no comportamento do governo. Bolsonaro, que chegou a chamar os manifestantes de idiotas úteis, com essa medida, parece agora querer diminuir a tensão com a educação e esfriar a luta contra seu governo.

Compra de deputados

Se R$ 30 bilhões foram bloqueados da Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) para "cumprir a meta fiscal", tendo como promessa do governo uma possível liberação desse valor "caso a Reforma da Previdência seja aprovada", não precisa ser nenhum especialista em lógica para perceber uma manobra do governo em favor de sua proposta de acabar com a aposentadoria dos/as trabalhadores/as, principalmente após o governo anistiar partidos do pagamento de multas que poderiam chegar a R$ 70 milhões e prometer distribuir a cada parlamentar favorável à PEC 06/2010 R$ 40 milhões em emendas.

Tais ações desmoralizam Bolsonaro, que se elegeu dizendo que combateria o "toma lá dá cá" no Congresso e que se aposentar aos 65 anos era, "no mínimo, uma falta de humanidade"(https://youtu.be/KSme0pKFE9k). Fruto disso, sua popularidade está em queda livre, é o presidente de 1º mandato mais mal avaliado desde a redemocratização. Hoje, apenas 28,6% da população o consideram bom ou ótimo.

Agora é Greve!

Além da queda na popularidade, as pesquisas mostram que a população é contra a Reforma da Previdência e os cortes na educação.

Assim, o povo brasileiro começa a abrir os olhos, sentindo-se enganado por um governo que corta direitos e ataca os serviços públicos diariamente, que está envolvido com as milícias e corruptos e que é submisso ao governo dos Estados Unidos.

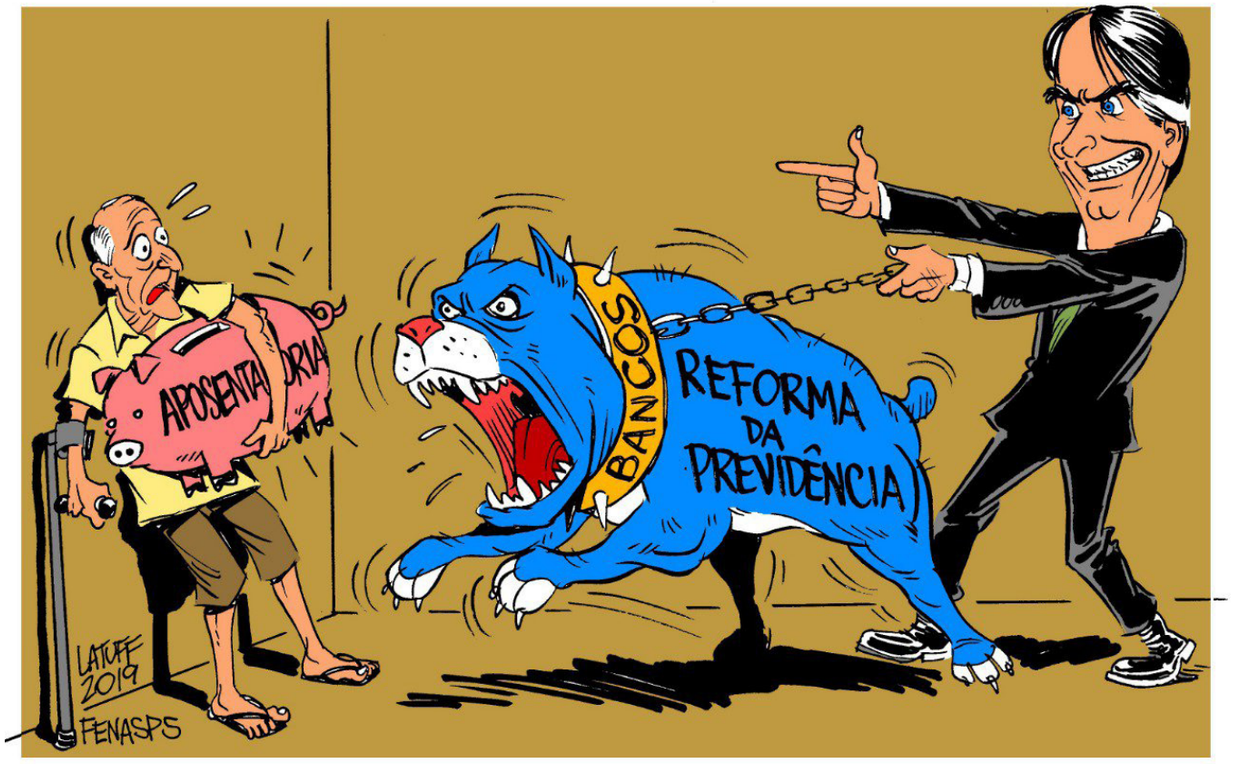
Por isso, para barrar a Reforma desumana do milionário Jair Bolsonaro, que se aposentou com 33 anos, e acabar com os cortes na educação, é preciso unir toda a classe trabalhadora e parar o país na Greve Geral já marcada para o dia 14 de junho.

Desmonte

Bolsonaro e Paulo Guedes querem o fim da sua aposentadoria e da seguridade social

A Reforma da Previdência (PEC 06/2019) de Bolsonaro e Paulo Guedes é ainda pior do que a de Temer, não apenas porque quer que você trabalhe até morrer, mas também porque visa a acabar por completo com o maior programa social existente no Brasil, a Seguridade Social, que hoje beneficia 33,5 milhões de pessoas, impactando no sustento de mais de 100 milhões.

Garantido no artigo 194 da Constituição Federal, o Sistema da Seguridade Social existe para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, como o pagamento da aposentadoria e o amparo a várias situações de vulnerabilidade: doença, viuvez, maternidade, desemprego etc. Por representar algo tão importante, toda a sociedade contribui com ele: trabalhadores/as, patrões e governo.



Em contraponto ao regime atual, chamado de repartição, o governo quer a privatização da Previdência com a adoção do sistema de capitalização, uma poupança individual administrada por um fundo de previdência, onde cada um paga sua própria aposentadoria.

Portanto, o que está por trás desta Reforma é o fim de todos esses direitos com a adoção da capitalização para beneficiar principalmente os bancos, favorecer também os empresários, grandes devedores da Previdência, que devem ficar desobrigados de contribuir para o sistema previdenciário.

Para a economista Luciana Caetano, professora da UFAL, as verdadeiras motivações da reforma são reduzir os encargos sociais das empresas através da retirada da proteção social à classe trabalhadora e à população vulnerável (benefícios assistenciais) e viabilizar a apropriação das contribuições previdenciárias pelo setor privado através do sistema de capitalização. São arrecadados pelo sistema previdenciário mais de R$ 35 bilhões por mês.

"Considerando o spread bancário e uma aplicação de 30 anos ou mais, qual seria a rentabilidade do setor? Essa é uma aposta trilionária para o sistema financeiro, dominado por três bancos privados e dois públicos que estão na mira da privatização", afirmou Luciana.

À classe trabalhadora só resta a necessidade de se organizar e ir à luta defender seus direitos, parar o país com uma grande greve geral e derrotar o plano maléfico do governo e dos capitalistas de acabar com a aposentadoria e a seguridade social.

Desconstitucionalizar é abrir mão de direitos

Além de impor condições muito mais duras para ter o direito à aposentadoria, outra grande maldade da PEC 06/2019 é a desvinculação da Previdência Social da Constituição.

"A desconstitucionalização causa insegurança jurídica. Como eu vou confiar na Previdência Social a partir do momento em que o governo a tira da Constituição? O que me garante o mínimo de segurança é ela estar prevista na Constituição. Sabe que, independente do governo que passe, vai enfrentar dificuldades para mudar", afirmou o Juiz Federal Antônio José, durante a palestra realizada no IFAL.

Pior, a proposta de capitalização apresentada por Paulo Guedes na câmara de deputados, além de desconstitucionalizar direitos, será toda regulamentada em uma lei complementar que sequer foi apresentada.

"Se nós aceitarmos essa PEC, estamos aceitando retirar nossos direitos da Constituição sem saber como isso vai ficar, porque a lei complementar que é mencionada mais de 35 vezes na PEC não foi apresentada ainda. Então, os parlamentares que aprovarem isso estão dando um cheque em branco e deixando os direitos da classe trabalhadora desprotegidos", afirmou Maria Lúcia Fattoreli em entrevista ao Sindicato dos Metalúrgicos (SJC).

O QUE DIZ A PEC 6/2019?

IDADE MÍNIMA
65 para homens
62 para mulheres

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
20 anos (mínimo)
40 anos (integral)

REDUÇÃO DO VALOR
60% do salário para
20 anos de contribuição

AUMENTO DA ALÍQUOTA
CLT - 7,5% a 11,68%
Servidores públicos até 22%

CAPITALIZAÇÃO
Nem o Governo e nem o patrão contribuem mais para a Previdência, apenas o/a trabalhador/a paga sua aposentadoria através dos bancos ou fundos de pensão

PROFESSOR/A
60 anos de idade e 30 anos de contribuição para ambos os sexos

BPC
R$ 400 aos 60 anos e salário mínimo apenas aos 70 anos

PIS
Apenas para trabalhador/a com renda de até 1 salário mínimo passa a receber o benefício

PENSÃO POR MORTE
60% do valor + 10% por filho/a com idade inferior a 18 anos

Não existe rombo, existe roubo!

A grande propaganda do governo e dos ricos é que o Brasil está quebrado e precisa da Reforma da Previdência para reduzir os gastos. Por isso, fazem todo um terrorismo contra o servidor público, chamando-o de privilegiado. Dizem também que sem essa Reforma o governo não poderá continuar pagando as aposentadorias.

Mas a verdade é outra. Não existe déficit, ele é fabricado por uma conta distorcida que não obedece à Constituição Federal. Diferente do que está previsto no art. 195, o governo considera apenas a contribuição dos trabalhadores e das empresas na hora de comparar com todo o gasto da Previdência. Ele segrega a seguridade social.

Mesmo assim, de 1988 a 2015, a arrecadação das contribuições foi mais do que suficiente para cobrir os custos da Previdência e ainda sobraram milhões todos os anos. Só a partir de 2016, com a crise, o desemprego, o trabalho informal, as isenções e os milionários débitos de empresas é que as contribuições não foram mais suficientes e os governos precisaram utilizar os impostos arrecadados para este fim para fechar a conta.

A verdade é que não é o pagamento da aposentadoria que causa buraco e sim as isenções fiscais que chegaram a 276 bilhões em 2017, a dívida de 450 bilhões ao INSS de grandes bancos e empresas ou os 30% das receitas desviadas através da DRU (Desvinculação de Receitas da União) para o pagamento da dívida pública.

O que essa Reforma pretende é desviar mais dinheiro para os banqueiros para pagar uma dívida pública, que nunca foi auditada e que hoje desvia quase a metade do orçamento da União.

Portanto, o problema está na arrecadação e não no pagamento de benefícios. Para solucionar esse problema, o governo possui outros mecanismos que não seja o de punir os mais pobres.

Deveria acabar com as isenções bilionárias dos ricos e cobrar os devedores da dívida; fazer a auditoria da dívida pública brasileira, revendo o destino da maior parte dos recursos arrecadados através dos impostos e possibilitando investimentos maciços na saúde, educação, moradia, segurança pública, ciência e tecnologia, e nos próprios benefícios previdenciários; cobrar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e o imposto sobre herança, entre outras medidas.

DÉFICT DA PREVIDÊNCIA É FAKENEWS

Números aproximados de 2015 divulgados pela Anfip

DESPESAS	RECEITAS
BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS R$ 436 bi	CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA R$ 352,6 bi
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS R$ 41,8 bi	CONFINS R$ 200,9 bi
BOLSA FAMÍLIA E OUTROS R$ 26,9 bi	CLL R$ 59,7 bi
SAÚDE R$ 102,2 bi	PIS/PASEP R$ 53 bi
BENEFÍCIOS FAT R$ 48,2 bi	ENTIDADES DASEGURIDADE R$ 20 bi
OUTRAS DESPESAS R$ 27,9 bi	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES R$ 7,8 bi
TOTAL DE DESPESAS R$ - 683 bi	TOTAL DE RECEITAS R$ + 694 bi

SALDO: R$ 11 BILHÕES

GRANDES DEVEDORES

Vale	JBS, da Friboi	Caixa Econômica Federal	Bradesco	Banco do Brasil	Itaú Unibanco
R$275 milhões	R$1,8 bilhão	R$549 milhões	R$465 milhões	R$208 milhões	R$88 milhões

Nova Gestão

Sintietfal tem nova gestão eleita e empossada com 95% dos votos

Os servidores e as servidoras do IFAL foram às urnas e elegeram a chapa Avançar nas Conquistas e na Construção Sindical, com 95% dos votos, para a gestão 2019-2022 do Sintietfal.

A chapa teve 262 votos dos 277 totais, sendo 9 votos brancos e 6 nulos. A votação ocorreu no dia 20 de março e a posse no dia 29.

A gestão eleita para o triênio 2019-2022 possui representantes em todos os Câmpus do IFAL. São 55 diretores, entre ativos e aposentados, tendo à presidência os servidores Hugo Brandão e Silvia Regina, presidente e vice, respectivamente, da última diretoria.

O presidente reeleito, Hugo Brandão, afirmou estar bastante contente com o resultado da eleição. "Esse resultado mostra a aceitação do trabalho que vem sendo desenvolvido dentro do Sintietfal nos últimos anos, de fortalecimento do movimento sindical no IFAL e do resgate desse sindicato para a luta", disse.

Para o tesoureiro da entidade, Gabriel Magalhães, a nova gestão tem o desafio de fortalecer o movimento sindical para resistir aos ataques do governo. "Sucessivos governos têm adotado medidas para enfraquecer o movimento sindical e a luta dos/as trabalhadores/as. Agora, mais do que nunca, temos que fazer do Sintietfal uma grande fortaleza de luta por direitos e em defesa da aposentadoria", afirmou o Magalhães.

Relembrando da eleição anterior, quando foi necessária a intervenção do Tribunal de Justiça para reabrir as portas do Sindicato para os servidores do Ifal, a vice-presidenta do Sintietfal, Silvia Regina, reconheceu esse cenário como diferente, com a categoria participando diretamente da construção sindical.

"Vi a posse da nova gestão como um momento de reafirmação do compromisso dos diretores da entidade com os/as servidores/as na luta pelos direitos da coletividade. Vivemos um momento de ataques muito mais agressivos deste Governo contra a categoria, o nosso objetivo, então, é continuar resgatando a credibilidade dos/as trabalhadores/as na entidade, de modo a conseguirmos incrementar as filiações e reforçar a base nessa luta, que será ainda mais intensa a partir de agora", afirmou Silvia.

Caso de Justiça

Antiga diretoria é processada por falta de prestação de contas

O setor jurídico do Sintietfal impetrou ação judicial para exigir a prestação de contas da gestão sindical "Mobilização e Ética", presidida por Nilton Coelho.

O processo de nº 0725037-27.2018.8.02.0001 tramita na 2ª Vara Cível da Capital do Poder Judiciário de Alagoas, sob responsabilidade do Juiz Pedro Ivens Simões de França.

Coelho foi eleito presidente do Sintietfal para a gestão 2009-2012 e ficou à frente da entidade até a intervenção judicial, em dezembro de 2015, que organizou a eleição para a gestão 2016-2019.

A ação busca responsabilizar o ex-presidente da entidade, "visto que administrou o bem, as finanças e interesses juridicamente relevantes do Sintietfal e de seus Sindicalizados, possuindo a responsabilidade de prestar contas de sua gestão e do destino dado aos recursos e bens que lhe foram postos aos cuidados", afirma trecho da petição inicial.

No processo são calculados os prejuízos deixados com telefonia, taxas e impostos, energia, água e esgoto, passivos trabalhistas, entre outros, e "requer que o Réu preste contas da sua gestão, que compreende o período de 2009 a 2012 e 2013 a 2015, informando o destino dado aos recursos e bens do Sindicato que lhe foram postos aos cuidados, através da apresentação de todas as despesas relativas à administração dos bens, valores e interesses do Autor".

O ex-presidente do sindicato já apresentou contestação da ação, a qual está em análise pelo setor jurídico do Sintietfal.

Tesourada

Ifal sofre corte de R$ 20 milhões no Orçamento

Cortes fazem parte do ajuste fiscal de R$ 30 bilhões no orçamento federal. A educação foi a área mais atingida

O Instituto Federal de Alagoas terá dificuldades de se manter aberto até o final do ano, caso sejam mantidos os cortes no orçamento da instituição. De acordo com a nota emitida pela reitoria, são R$ 18,56 milhões a menos para as despesas de custeio (36,89%) e R$ 1,3 milhão dos recursos destinados para investimentos (30%), um total de R$ 19,86 mi.

A verba de custeio, aprovada na Lei Orçamentária Anual, era de R$ 50,3 milhões e serve para pagar despesas que permitem o funcionamento da instituição de ensino. Segundo o Reitor Sérgio Teixeira, mesmo que se realizem apenas despesas estritamente necessárias ao funcionamento e manutenção das atividades acadêmicas, as atividades do Ifal estão garantidas apenas até o mês de setembro.

"Sem esta quantia, a instituição terá dificuldade para honrar compromissos contratuais com empresas de fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, vigilância, combustíveis, telefonia e serviços de limpeza", afirmou notícia publicada no portal do Ifal.

Em resposta a esses cortes, os/as estudantes em todo o país se vestiram de preto e gravaram vídeos usando a #NãoMexanoMeuIF. Em Alagoas, estudantes de todos os câmpus se mobilizaram também nesse protesto. Em Satuba, uma manifestação estudantil chegou a parar a rodovia.

A sociedade também deu uma resposta nas ruas com grandes mobilizações no dia 15 de maio, Greve Nacional da Educação, e já se prepara para a próxima, marcada para o dia 30.

"A sociedade tem que ir às ruas para defender os Institutos e as Universidades. É um crime o corte que estamos sofrendo, é uma ameaça direta à continuidade de uma educação pública, gratuita e de qualidade ofertada por estas instituições", afirmou Elaine Lima, diretora de comunicação do Sintietfal.

Cortes no orçamento

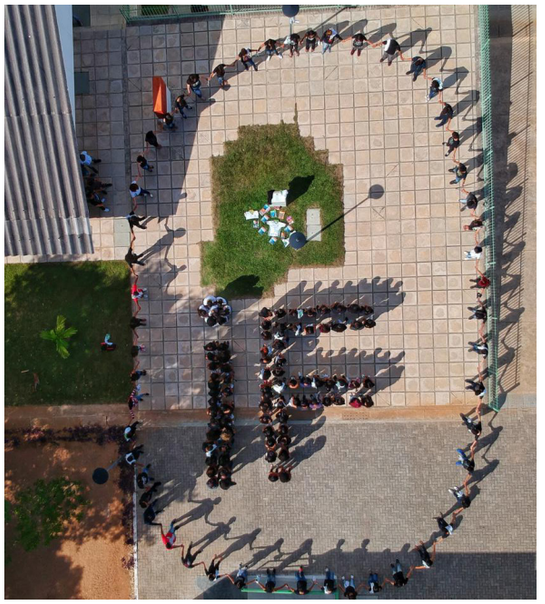
O governo Bolsonaro, através do decreto 9.741 do dia 29 de abril, cortou R$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. A educação foi a área mais afetada em números gerais. Seu orçamento ficou 25% menor, sofrendo o corte de 5,8 bilhões.

De forma complementar, o Ministério da Economia, no dia 2 de maio, remanejou R$ 3,6 bilhões em benefício de cinco ministérios e apertou, mais uma vez, o MEC. Com o recurso diminuído em mais R$ 1,6 bilhão, o total de corte na educação chegou a R$ 7,4 bi.

Embora esse seja o número oficial, levantamento feito pela Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais (Andifes), com base nos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia, aponta um contingenciamento de R$ 7,98 bilhões.

Esses cortes foram anunciados incialmente pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, como retaliação para algumas universidades (UFBA, UFF e UnB) acusadas de promoverem balbúrdia e terem baixo desempenho – puro fakenews para justificar o grande impacto de 30% no orçamento. Outra mentira, posteriormente dita, foi que o governo federal tiraria das universidades em detrimento do ensino básico.

Na realidade, toda a educação, do ensino básico ao superior, foi afetada pelo bloqueio. Entretanto, por pressão das ruas, no dia 22 de maio, o governo voltou atrás do segundo corte, recompôs parte do orçamento, mantendo o valor inicial, de R$ 5,8 bi.



Estuadntes do câmpus Piranhas se mobilizam e abraçam a luta em defesa do Instituto Federal

Governo odeia a educação

Com diversas tentativas de doutrinar a juventude com o pensamento liberal e de extrema direita, o governo Bolsonaro se afunda diante da opção em guiar a política educacional brasileira por vídeos de youtube e publicações de twitter do astrólogo Olavo de Carvalho, que nunca chegou a concluir um curso superior.

Depois de o colombiano Ricardo Vélez cair por incompetência em gerir o MEC, o novo ministro da Educação, o economista de baixíssimo desempenho acadêmico, Abraham Weintraub, quer deixar sua marca na história pelo sufocamento financeiro das universidades e institutos federais.

Seu compromisso é com o ataque à produção de conhecimento, pois 95% da produção científica brasileira saem das universidades públicas, à possibilidade de o pobre obter diploma de curso superior e à reflexão crítica no ensino.

"Esse governo, doutrinado pelo pensamento do astrólogo (não confunda com astrônomo) Olavo de Carvalho, quer acabar com a reflexão na educação do país. Para isso, atacam a filosofia, a sociologia e qualquer reflexão dentro das universidades. A educação do Brasil está sendo atacada por quem não gosta de educação, por quem nunca gostou de estudar e por quem quer transformá-la em negócio. Atacam as universidades públicas por duas razões: nunca conseguiram frequentar uma e não aceitar que o/a filho/a do/a trabalhador/a possa frequentar. Não podemos permitir isso", disse o diretor de comunicação do Sintietfal, Ederson Matsumoto, o Japa.

Em detrimento de toda a sociedade, o corte no orçamento é benéfico aos interesses de grandes monopólios educacionais, como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras, representados pela irmã do Ministro da Economia, Elizabeth Guedes, vice-presidente da Anup - Associação Nacional das Universidades Particulares.

#TiraaMãodoMeuIF

Gestão democrática

Ifal avança com a criação do Concamp

A criação dos Conselhos de Câmpus, mesmo quase um ano após o início dos debates sobre o tema no Conselho Superior, é uma vitória democrática para a comunidade acadêmica do Instituto.

O Concamp passa a ser o órgão máximo em cada unidade do Ifal, com atribuição para acompanhar e avaliar as políticas institucionais, apreciar o calendário acadêmico e a gestão orçamentaria, dar parecer sobre a criação de cursos e normas disciplinares e atuar como instância recursal máxima nos câmpus.

O conselho é composto por docentes, TAEs, estudantes, representantes da gestão da unidade, do sindicato, pais/mães de alunos/as e membros da sociedade civil.

A primeira eleição do Concamp aconteceu no dia 22 de maio de forma simultânea em todas as unidades do Ifal. A posse dos/as eleitos/as está marcada para o dia 12 de junho.

Em defesa da Democracia

Na contramão do que está ocorrendo no Ifal, com a ampliação das instâncias democráticas e uma maior participação da comunidade acadêmica na gestão do Instituto, o Governo Bolsonaro agride a democracia e a autonomia das Instituições Federais de Ensino.

Através do Decreto 9.794/19, a partir de 25 de junho, os reitores de universidades, CEFETs e institutos federais não poderão mais nomear pró-reitores e diretores de unidades. A nomeação caberá a Onyx Lorenzoni, ministro chefe da Casa Civil, e a Abraham Weintraub, ministro da Educação. Os docentes indicados para os cargos terão que passar por investigação de vida pregressa feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

Além disso, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o MEC devolveu a lista tríplice para o cargo de Reitora, rejeitando a candidata mais votada no pleito e solicitando uma nova eleição.

De forma também arbitrária, nos Institutos Federais se negou a dar posse aos novos gestores eleitos e reconduziu, de forma provisória, os/as atuais Reitores/as. No Ifal, o professor Sérgio Teixeira, que teve seu mandato de Reitor encerrado no dia 23 de abril, por decisão do MEC, continua no cargo máximo, mesmo o seu sucessor tendo sido eleito em novembro de 2018.

O Sintietfal acredita que é preciso defender a democracia e o respeito aos resultados das urnas nos Institutos e Universidades Federais.

"Defendemos que a expressão da vontade coletiva seja respeitada pelo MEC. Não podemos aceitar que o Presidente da República ataque os princípios democráticos e a autonomia dos Institutos Federais. Não aceitaremos gestores biônicos, lutaremos pela democracia", disse o secretário geral do Sintietfal, o TAE Yuri Buarque.

Unimed

Parceria garante reabertura do plano de saúde e nova tabela de valores com 10 faixas a partir de 1º de julho

O Sintietfal e a administradora de planos de saúde G2C celebraram um acordo para garantir aos/às filiados/as do Sintietfal benefícios junto à Unimed.

A parceria foi aprovada em Assembleia Geral com o objetivo de oxigenar o convênio com o plano de saúde e apoiar o Sintietfal na criação de melhores condições para a negociação do reajuste anual.

Este ano, a Unimed chegou a comunicar aos/às beneficiários/as do plano o reajuste abusivo de 60,98%.

O novo acordo deve diminuir a sinistralidade do plano, pois permite a abertura do convênio para novas vidas.

Mudanças

Após diversas negociações, o Sintietfal, juntamente com a empresa G2C Administradora de Benefícios, conquistou a garantia da não implementação do reajuste abusivo e a criação de uma nova tabela com dez faixas etárias, gerando a possibilidade até de redução do valor global da mensalidade.

A partir de 1º de julho, a G2C passa a administrar o contrato com a Unimed, enviando boletos, emitindo a segunda via de cartões e fazendo a cobrança de mensalidades. Além disso, passa a realizar adesões de filiados/as ainda não beneficiados /as e incluir novos/as cônjuges, filhos/as até 24 anos e netos/as.

"A parceria possibilitará o benefício do plano de saúde para todos/as os/as nossos/as sindicalizados/as e a garantia de reajustes anuais que não sejam mais abusivos. Esperamos que a categoria aproveite essa reabertura do plano", afirmou Silvia Regina, vice-presidenta do Sintietfal.